



Disponível em
<http://www.anpad.org.br/rac>

RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5,
pp. 736-744, Set./Out. 2014
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac201410674>



Documentos e Debates:

Tréplica – A Transcendência dos Clássicos

Transcendence of the Classics

Francis Kanashiro Meneghetti

E-mail: fkmeneghetti@gmail.com

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Av. Sete de Setembro, 3165, PPGTE, sala 5, Rebouças, 80230-901, Curitiba, PR, Brasil.

Edson Ronaldo Guarido Filho

E-mail: edson.guarido@gmail.com

Universidade Positivo – UP

Rua Prof. Pedro Parigot de Souza, 5300, Campo Comprido, 81280-330, Curitiba, PR, Brasil.

Ariston Azevêdo

E-mail: aazevedo@ea.ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Rua Washington Luiz, 855, Campo Comprido, 90010-460, Porto Alegre, RS, Brasil.

Gostaríamos de iniciar esta tréplica aos debatedores de nosso texto partindo de um ponto não tão comum para essa modalidade de debate acadêmico, mas assim procederemos, primeiro, porque nosso ponto de partida nos ajudará a explicitar parte do sentimento que nos motivou a escrever sobre a questão dos clássicos em estudos organizacionais; segundo, porque, em verdade, estaremos dialogando, nesta tréplica, não apenas com os autores das réplicas aqui também publicadas, mas também com um conjunto de avaliadores anônimos – nossos pares – que, via pareceres, expressaram suas opiniões a respeito daquelas que emitimos no texto central deste debate; e, terceiro, porque o contexto no qual nosso artigo vem a público em periódico exige que salvaguardemos nossa integridade intelectual.

O texto **Por que Ler os Clássicos no Ensino e na Pesquisa em Administração?** tem sua origem a partir do desafio da formação de pesquisadores em um programa de pós-graduação em Administração (mestrado e doutorado) no qual lecionávamos. Nos idos de 2008-2009, durante reunião colegiada daquele programa, estavam em pauta temáticas julgadas por todos fundamentais no processo formativo dos estudantes e que, portanto, deveriam permear as disciplinas que eram lecionadas ali, principalmente Epistemologia em Estudos Organizacionais, Teorias das Organizações, Administração em Perspectiva Política e História do Pensamento Administrativo. Estas disciplinas, particularmente, eram estruturadas em torno de textos considerados clássicos por aquele grupo de professores e que haviam sido escritos em formato e estilo ensaístico. Ademais, também se vislumbrava a possibilidade de que as teses de doutoramento pudessem ser escritas naquele mesmo formato e estilo. De imediato, alguns professores, vinculados ao grupo de pesquisa intitulado **História, Conhecimento e Organizações**, assumiram como tarefa o estudo, a discussão e a escrita de textos sobre temas como ensaio teórico, história intelectual, história dos conceitos, história da administração, pensamento social brasileiro e, em nosso caso, sobre **clássicos**.

Temos a percepção de que o ensino e a pesquisa em Administração e nos estudos organizacionais têm sofrido substancial transformação nos últimos quinze anos, provocada por fatores como o processo de expansão do ensino superior e, conseqüentemente, o aumento das pesquisas científicas em todas as áreas; a consolidação de instituições de fomento, controle e regulamentação da ciência no Brasil; as características do processo de mensuração e avaliação dessa produção e o processo de internacionalização. A lógica da eficiência produtiva, da gestão burocrática, da ciência administrada, do controle estatal institucionalizado tem provocado um novo *modus operandis* que alterou a forma como organizamos e produzimos ciência, inclusive, na área de Administração. É neste contexto de mudanças que a ciência vem sendo modificada, e isto inclui o papel dos clássicos na produção científica na área de administração

Assim, surgiu a primeira versão de nosso texto, **Por que Ler os Clássicos em Estudos Organizacionais?**, que foi submetida ao XXXIV EnANPAD, mas recebeu parecer negativo, sob o frágil argumento de que era um texto que tinha pouco a contribuir para a área. No início de 2011, após algumas reformulações, o texto foi enviado para um importante periódico da área, tendo sido, em um primeiro momento (06/09/2011), aprovado para publicação; em um segundo (23/09/2011), encaminhado para nova rodada de avaliação; e, finalmente, em um terceiro (07/11/2011), rejeitado, sob a acusação agressiva e desrespeitosa, de um dos pareceristas, de que se tratava de uma **produção prematura**, de **afã publicatório** e de atitude prepotente, já que supunha ser a área da Administração uma **terra inculta**, donde nossa **douta sabedoria** seria **inútil**. Paralelamente a esse desfecho, o artigo foi debatido durante um encontro acadêmico, em Porto Alegre, em que estiveram reunidos os integrantes de nosso grupo de pesquisa e os pertencentes ao grupo **Organização & Praxis Libertadora** (PPGA/EA/UFRGS). Desse encontro, resultaram significativas sugestões e críticas que contribuíram para o fortalecimento de nossos argumentos no texto e, assim, estimularam-nos a submetê-lo ao VII EnEO, sendo, enfim, aceito para apresentação. No mesmo ano, os autores, vivenciando a polêmica que o texto vinha causando desde 2010, resolvem enviar para a Revista de Administração Contemporânea, onde foi aceito para a sessão de debates.

A temática dos clássicos mostrou-se propícia ao debate, motivado por discussões teóricas, divergências epistemológicas e compreensões conceituais divergentes. A publicação de textos tangenciais à temática e o conteúdo das três réplicas elaboradas para o presente debate evidenciam esse

fato e a maturidade de uma área de conhecimento cujas divergências podem ser discutidas abertamente como forma de promover, antes de tudo, o saber autônomo.

Tentar delimitar um entendimento de clássicos não se concretiza, necessariamente, ao se estabelecer limites conceituais fixos. A escolha epistemológica pela fenomenologia reforça ainda mais essa concepção. A postura de evitar demarcações conceituais fixas, tidas como verdades, sempre é uma atitude estranha para pesquisadores de abordagens positivistas ou funcionalistas, para quem, definições formais sedimentam a realidade em si mesma. Ao operar analiticamente conceitos formulados com base nessas correntes, cada pesquisador passa a reconhecer a existência de limites pré-concebidos ou de categorias analíticas instituídas e consolidadas. Em razão dessa suposta objetividade do positivismo e do funcionalismo, cientistas e pensadores acreditam que ambas as correntes epistemológicas apresentam-se como superiores às demais.

Por esse motivo, parte dos argumentos das réplicas atribuídas ao texto inicial é pautada em confrontos de concepções ou mesmo de parâmetros opostos aos apresentados pelos autores das réplicas. O ponto positivo é possibilitar o debate propriamente dito, no qual confrontos conceituais são explorados para justificar os argumentos desenvolvidos por um determinado pensador. O negativo é promover uma discussão mais orientada sobre efeitos ou usos dos clássicos do que sobre sua formação dos clássicos, origens, causas iniciais e pressupostos.

Por tudo isso, seguimos uma argumentação fenomenológica. Cabem, no entanto, algumas considerações, de esclarecimento. A escolha por esse caminho não se apresenta como um *corpus* aprioristicamente definido, tampouco como uma abordagem meramente essencialista e subjetivista da realidade. A compreensão fenomenológica aqui adotada é aquela cujos pressupostos – em maior parte, mas não todos – podem ser encontrados nas obras de Jean Paul Sartre, **Crítica da Razão Dialética** (Sartre, 2002) e na concepção de Cornelius Castoriadis, sobretudo na obra **A Instituição Imaginária da Sociedade** (Castoriadis, 1982). A importância dada para o contexto socio-histórico na compreensão dos fenômenos é perceptível e um pressuposto epistemológico na construção da compreensão de clássico aponta-o como fenômeno histórico e obviamente social. A necessidade de explicitar a aproximação epistemológica dos autores da compreensão fenomenológica se manifesta por alguns motivos. São eles:

1. Evitar que a discussão caia em um *vacuum* epistemológico, como argumenta um dos autores de uma das réplicas.
2. Delimitar o tempo histórico ao explicitar a abordagem epistemológica adotada, para não cair no anacronismo de atribuir dominação em todas as dimensões da vida social para tempos históricos por, de fato, não haver relevância para tal discussão.
3. Evitar a formalização conceitual com a perspectiva de instrumentalizar algo pelo simples caso de fazê-lo, até porque algo ou a coisa propriamente dita é sempre maior do que a forma como pretendemos que ele seja.
4. Romper com o mero utilitarismo, onde há uma simplificação ou redução do clássico à sua mera utilização ou aplicação. Boa parte das discussões paradigmáticas está atrelada à concepção utilitarista dos clássicos. Um paradigma não deve simplesmente ser compreendido como um limite a ser superado pela necessidade que está em permanente potência.

Demarcações e contornos: a pluralidade do debate

As três réplicas ao texto original trazem, cada uma a seu modo, aspectos que discutem o escopo do debate acerca dos clássicos. Pautadas sobre diferentes perspectivas e propósitos, traduzem, em certa medida, preocupações acerca de demarcações e contornos que catalisem a apreensão do que é clássico ou de sua inserção no contexto contemporâneo, em especial, do campo acadêmico da Administração no Brasil.

Analisando o texto da Réplica – **Por que Ler os Clássicos no Ensino e na Pesquisa em Administração?**, percebe-se que ele traz uma defesa em favor da necessidade de se apresentar uma definição suficientemente abrangente para o conceito de clássicos. Para chegar a essa afirmação, o autor do texto desenvolve contra-argumentos em duas direções. O primeiro questiona nossa postura de não definir clássicos. Em oposição à vertente associada às áreas funcionais, sob a ótica mais reflexiva e analítica de áreas da administração, como é o caso dos estudos organizacionais e, em certa medida, dos estudos em estratégia, a não apresentação de uma definição conceitual, segundo o debatedor, provoca um hiato no texto, sobretudo por, possivelmente, frustrar os leitores. O autor entende, assim, que o texto, que é provocativo, gera expectativas e, portanto, deveria atender “pelo desafio de tentar produzir um conceito de clássico” (Bulgacov, 2014, p. 725), mesmo que abrangente. O segundo conjunto de contra-argumentos refere-se às considerações epistemológicas subjacentes à construção do conceito de clássicos. Nesse sentido, segundo o debatedor, é importante reconhecer que, por adotarmos, ao seu olhar, uma postura construtivista em relação às bases epistemológicas que estruturam as ideias apresentadas, sustentamos um conjunto de proposições distintas daquelas que seriam oriundas de posturas alternativas, como positivista, realista ou pragmática quanto ao uso dos clássicos na área de Administração.

Para justificar seus contra-argumentos, o texto retrata um **diálogo** com a comunidade da área por meio de um questionário enviado para diversos pesquisadores, cujas respostas, algumas delas apresentadas em destaque, serviram de base para um argumento central: a necessidade de deslocar o eixo da discussão conceitual dos clássicos da “perspectiva construtivista carregada, corretamente por assim dizer, de abstrações e significados subjetivos” (Bulgacov, 2014, p. 723) para o plano mais objetivo, dado que as concepções individuais constituem amálgamas de uma construção objetiva quando em âmbito coletivo. O artifício de constructo conceitual é corretamente realizado pelo autor, ainda que aparentemente sua perspectiva epistemológica seja distinta daquela proposta por nós. Pela natureza mais objetiva e operativa da epistemologia subjacente ao autor da réplica, ressalta a necessidade de definições afirmativas para guiar um coletivo específico da área de Administração de perspectivas mais funcionais. Nesse sentido, a construção argumentativa do referido replicante é coerente com suas crenças e posição epistemológica, utilizando-se de forma adequada da construção argumentativa para analisar e polemizar o texto inicial.

Na Réplica, **Clássicos & Formação em Administração: O Que, Quando, Para Que**, seu autor afirma que o texto criticado adota uma postura dentro do pensamento ocidental de clássico, assumindo o que tem sido corrente na Europa e, em parte, nos Estados Unidos. Ao adotar a abordagem dos estudos pós-colonialistas, o citado autor afirma que o Brasil não deve se enquadrar como um país de tradição centralmente ocidental. Segundo o autor da réplica em questão, nossa abordagem é eurocêntrica, logo, sugere que devemos ampliar o horizonte intelectual. Caso assim fizéssemos, estaríamos contribuindo para descolonizar o processo de formação dos administradores brasileiros da tendência dominante do *management* ocidentalizado. Com base nessa análise, propõe que a ideia de clássico seja alargada (ou descolonizada), considerando, por exemplo, estudos de intelectuais das margens e de outras matrizes culturais.

Outro ponto levado em consideração nos argumentos da referida réplica é que demarcamos clássicos baseados na exclusão dos textos técnicos, correndo, com isso, o risco de estabelecer uma falsa dicotomia entre eles. Além disso, afirma-se que conferimos a livros e textos as formas materiais dos clássicos, desconsiderando outros meios importantes tais como os audiovisuais, por exemplo. Por conta disso, propõe-se refletir se não caberia alargar a concepção de clássicos, não do ponto de vista geopolítico, mas do ponto de vista dos diferentes meios de materialização nos quais são abrigados os conteúdos.

Por fim, examinam-se as condições contemporâneas em que estudantes de graduação e pós-graduação estão inseridos na formação e suas implicações sobre a leitura dos clássicos. Para o autor, os estudantes estão expostos a um contexto socioestrutural que não lhes permite se debruçar sobre os clássicos, uma vez que são levados a concentrarem-se em atividades práticas de trabalho, sofrendo, assim, as consequências de um sistema estrutural de produção. Tais condições institucionais (ligadas, por exemplo, ao currículo, ao tempo e à estrutura de produção) definem um contexto massificado de formação industrial e de operação dos projetos pedagógicos que impossibilitam a necessária abertura

para a reflexão e imaginação, aspectos mencionados quando tratamos do clássico em nosso artigo. Nesse ponto, a crítica não recai propriamente sobre o nosso texto, mas sim ao contexto, condicionando, assim, o nosso argumento. Alega-se que o clássico se apresenta como marca de distinção de um campo acadêmico, associando-o, como recurso/mecanismo de distinção na academia (um verniz de ilustração), a uma determinada postura intelectual e política, muitas vezes, conservadora. Disto, questiona a utilidade do clássico para os estudantes de administração.

Na Réplica, **Clássicos... quais Clássicos? Antinomias e Tensões no ‘Fazer Ciência’ em Administração**, afirma-se que o debate provocado pelo conteúdo de nosso texto representa um “projeto político audacioso” (Peci, 2014, p. 727), tendo em vista a suposição de que os clássicos são cada vez menos usados no campo de administração. Defende-se, também, a tese de *vacuum* epistemológico associada a um *vacuum* de clássicos. Ou seja, uma crise epistemológica teria levado a uma crise em relação aos próprios clássicos, como elementos importantes na produção do conhecimento tal como tradicionalmente se apresentava. Ademais, o imediatismo e a fragmentação paradigmática teriam anulado a necessidade dos clássicos, por não serem compatíveis com a pressão quantitativa do sistema de produção científica/acadêmica. Em sequência, argumenta-se, na réplica em questão, que outro ponto importante a ser levado em consideração neste debate é a mudança, na atualidade, da forma conceitual de organização, entendida mais como processo de organizar do que propriamente como a organização reificada. Isso muda a forma, ou mesmo elimina, a incorporação do clássico na construção do conhecimento na área de Administração e dos estudos organizacionais. Por fim, outra associação relevante é feita com a relação entre o tecnicismo, principalmente nas novas práticas de produção do conhecimento em Administração, e os códigos que são aprendidos, compreendidos e reproduzidos pelos pesquisadores da área. A tendência da produção do conhecimento em administração é a de seguir o padrão fordista, da produção em série e controlada fortemente pela burocracia. O tecnicismo, dessa forma, representa a técnica subordinada à produção baseada no quantitativo fordista. É dentro dessa lógica que o clássico estaria na atualidade.

Do conjunto de observações contidas nas réplicas, três elementos centrais e integrativos serão discutidos a seguir, com vistas a sustentar nossa argumentação: primeiro, a questão da produção e técnica nos clássicos; segundo, a temporalidade e transcendência dos clássicos e, por fim, a definição de clássicos fundamentada no não conceito.

Clássicos: produção e técnica

Em todas as épocas históricas, os homens produziram sua existência material e espiritual. A produção material, por meio do trabalho, tem como objetivo primordial assegurar sua existência biológica, a qual, em algum momento da história, foi perdendo sua ênfase, passando, os homens, a produzirem sua existência espiritual. Todo esse processo só pode ocorrer de forma coletiva, pois a existência espiritual necessariamente está associada a uma vida simbólica socialmente compartilhada. A produção desse universo simbólico pressupõe o compartilhamento desde símbolos, ideias e imaginários até formas mais complexas e estruturadas de organizações simbólicas. Na medida em que as diferenças na produção da existência material vão se intensificando, a produção da vida espiritual também vai se modificando. Em um grau relativamente avançado da produção da existência material e espiritual, os homens vão estruturando formas diferenciadas de compreensão da realidade, pois os símbolos produzidos estão intimamente ligados à forma como os homens organizam a produção geral da sua vida. Na produção artesanal, os homens, em geral, consomem proporcionalmente ao que produzem, ou seja, o suficiente para sua existência. Na produção em massa do fordismo, que produz mais do que necessariamente é demandado, os homens, ao consumirem proporcionalmente ao que é produzido, em razão da falsa necessidade criada pelo ritmo frenético da sociedade de produção e consumo, praticamente extrapolam em tudo que precisam para sua existência material. Os clássicos não ficam ilesos a essa lógica, exceto por algumas ressalvas que serão apontadas posteriormente. Seus escritos fazem parte da produção da existência espiritual dos homens, mais especificamente da economia das trocas simbólicas (Bourdieu & Miceli, 1974), seguindo a mesma dinâmica de acompanhamento da relação entre a produção da existência material e a da espiritual. Todavia os objetos clássicos, a que

geralmente nos referimos, estão associados à produção artesanal, onde a especialização produtiva ainda não era predominante e a divisão técnica do trabalho não estava plenamente desenvolvida.

Em uma humanidade na qual a forma de produção material está significativamente desenvolvida e uma parte dela consome em abundância o resultado dessa produção, há espaço para o investimento na produção da existência espiritual, sobretudo a intelectual. Sem dissociar o universo intelectual do universo material, as relações de causalidade entre ambos não são imediatas ou determinísticas. Ao longo do desenvolvimento das formas de produção da existência material e da espiritual, um universo imaginário se configura com base nas imagens, símbolos, racionalidades, formas, etc. Na atualidade, a superespecialização caracteriza a produção científica, uma vez que os cientistas realizam trabalhos muito específicos em uma determinada área do conhecimento, tornando-se autoridades por se dedicarem plenamente a estudar um determinado assunto ou objeto de pesquisa. O administrador pode se especializar em marketing; em seguida, pode se especializar em comportamento do consumidor; após, pode se especializar em comportamento do consumidor industrial; e ainda pode se especializar em algo sempre mais específico. A mesma lógica ocorre com todas as outras áreas de conhecimento. As formas de apresentar os objetos da produção especializada são diferentes daquelas que existiam na fase do fazer artesanal. Cada vez mais, teremos revistas especializadas, congressos sobre temáticas específicas, associações de pesquisadores de uma mesma área de conhecimento, enfim, formas específicas que coloquem na vitrina os produtos resultantes dessa especialização crescente, que é consequência da divisão técnica do trabalho.

Outro ponto relevante é que a maneira como uma sociedade organiza sua forma de produzir praticamente define a forma dominante de consumir. Ao produzir em escala industrial e de modo especializado, naturalmente, estamos incentivando que as pessoas consumam em massa, também de modo especializado e cada vez mais rapidamente. Toda essa mudança estrutural na produção da existência material e espiritual tanto é modificada como modifica a técnica. Esta, no sentido mais imediato e simples, quer dizer arte, na qual o homem realiza o feito da ação por meio do ato prático. Dois elementos são inerentes à técnica: a transformação da natureza e o processo de subjetivação baseado nessa transformação. Por essa ótica, a técnica e o trabalho são indissociáveis, pois este é o próprio ato de transformar a natureza. Ao adotar ações sistemáticas, racionalizadas, controladas e mensuráveis, a técnica apresenta-se como uma prática voltada para a eficiência finalística. A técnica, como se apresenta hoje no mundo científico – que acompanha o mundo produtivo de uma forma geral – consiste no principal instrumento de produção. Produz-se rápido um artigo sobre uma temática especializada para ser publicado em uma revista científica específica da área e ser lido, posteriormente, por pessoas especializadas sobre o tema.

Nessa lógica, os clássicos deixam de ser os objetos da produção e do consumo artesanal para se tornarem os da produção em massa. Os grandes textos dos livros escritos por um autor que se dedicou anos a estudar sobre uma temática são substituídos por coletâneas de capítulos de livros escritos por diversos autores sobre temáticas específicas, compilados por organizadores e publicados. Essa vertente passa a dominar todas as dimensões da vida produtiva e não somente a de produção de conhecimentos e saberes formalizados na escrita. Nesse sentido, não é enganoso afirmar, contrariando posições defendidas nas réplicas, que o clássico passa por cima da dinâmica material da produção (e do produtivismo), embora as transformações recentes que dão prioridade ao componente tecnicista possa subverter a noção de clássico anterior à técnica de massa. Não se trata de afirmar que a forma atual de produção dos clássicos é melhor ou pior, mas de pensar a lógica da forma como produzimos nossa existência material e espiritual, afinal, nossa satisfação está intimamente ligada a isso.

A transcendência dos clássicos

Segundo Hartman (como citado em Abbagnano, 2000, pp. 970-971),

o conhecimento não é simples ato de consciência, como o representar e o pensar, mas um ato transcendente. Um ato desses se liga ao sujeito só por um lado, mas, por outro, fica fora; por este, liga-se ao existente. Nessa relação, o ato transcende a consciência.

A afirmação de Hartman não implica em aceitar um Ser transcendente que fornece todos os elementos necessários para a formação do conhecimento cognoscível. A consciência é um momento da temporalidade, ou seja, uma ação afirmativa da mente que apreende o objeto no tempo e espaço específico. Os elementos constitutivos do objeto não podem ser meramente definidos pela unidade materializada inerente a ele. As múltiplas determinações do conhecimento são constituídas pela composição das unidades materiais e dos imaginários instituídos.

Os clássicos são fenômenos socio-históricos, que transcendem a materialidade dos elementos que formam o conhecimento. Em razão disso, suas múltiplas determinações são constituídas, por um lado, dos sujeitos cognoscentes e, por outro, de elementos concretos e imaginários que somente o social no tempo histórico é capaz de fomentar. A concepção de imaginário, aqui utilizada, é aquela definida por Castoriadis (1982). Imaginário não é uma mera imagem de algo, ou a simples representação que ocorre na mente dos sujeitos. “É a criação incessante e essencialmente indeterminada (socio-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’” (Castoriadis, 1982, p. 13). O imaginário não é uma racionalidade ou uma realidade em si mesma, assim como o clássico não o é. Aquilo que atribuímos como racionalidade e realidade do clássico é o produto do imaginário que o constitui. Quando atribuímos ao clássico a transcendência, quer dizer que o consideramos um vir a ser. Espaço e tempo dentro de um contexto social em que as determinações da realidade são meros momentos da intersecção do espaço e tempo percebido no sujeito, assim, por conta disso, o clássico transcende a seu tempo histórico sem ser a-histórico. Sua mutabilidade consiste em ser a possibilidade real onde houver a presença do social.

Os clássicos não podem ser caracterizados como um suposto universalismo, pois este tende à totalidade pelo princípio de identidade entre o sujeito e o objeto (clássico). Apesar de usarmos os exemplos dos clássicos na literatura ocidental, é possível perceber que sua formação também ocorre em outras localidades e materializada em diferentes formas: artes, música, poesia, manuais, etc. O que torna os clássicos diferenciados não é sua instituição unicamente pela via da escrita, tampouco sua forma universal como se apresenta para um determinado grupo social ou comunidade. Os clássicos devem ser entendidos como resultado do âmbito sócio-histórico instituído, associados a movimentos contraditórios da formação de conhecimentos e saberes.

Outro ponto importante é que o clássico não é mera consolidação das criações que se tornam dominantes ou hegemônicas, apesar de estas serem as que prevalecem pela sua penetração social e perenidade. Não podemos, nem devemos, reduzir a discussão dos clássicos a uma relação meramente de dominação, pois saberes e conhecimentos, apesar de serem centrais nessa discussão, não podem ser compreendidos nas relações de causalidades objetivas. Ao propormos a discussão dos clássicos, não os reduzimos a uma condição eurocêntrica ou ocidentalizada, mas tão somente utilizamos o exemplo que parece ser o mais imediato para compreender esse fenômeno sócio-histórico.

Os clássicos são compostos pelo paradoxo do imaginário: o irracional e o racional. Na temporalidade formada pelo sócio-histórico, passado e futuro tornam-se o momento da consciência que apreende os clássicos por meio das suas múltiplas determinações. Em virtude disso, é sempre um vir a ser, pois, se assim não fosse, não seria possível perceber suas existências como possibilidades reais para os sujeitos. O presente é apenas uma percepção da consciência do sujeito pela identidade ilusória. A temporalidade se faz fundamentalmente pela compreensão do passado pelas possibilidades futuras e a possibilidade do futuro pelos acontecimentos do passado. Os clássicos constituem, assim, a dualidade passado/futuro apreendida pelas mentes dos sujeitos cognoscentes. Assim, a transcendência consiste em ser o clássico uma referência que une passado e futuro de forma dicotômica, em que um não existe sem o outro, ao mesmo tempo em que se realizam como um vir a ser por seu caráter sócio-histórico. A transcendência é percebida no sujeito por meio da sua consciência, mas também na forma como a produção da existência material e espiritual se apresenta.

A temporalidade dos clássicos permite compreender que eles só são possíveis pela diversidade epistêmica. Sua unicidade seria sua própria impossibilidade, pois anularia a dicotomia passado/futuro, essencial para a constituição de uma episteme. Portanto, pode-se dizer que os clássicos se apresentam

como uma realidade cognoscível na medida em que sua discussão por diversos intelectuais de epistemes diferentes corroboram sua existência.

Um adendo ainda pode ser feito, a título de conclusão dessa seção, o qual se refere à transcendência paradigmática do clássico. Se, por um lado, o clássico situa-se numa esfera paradigmática e, portanto, representa certos conteúdos significativos para uma determinada comunidade, ele é também sustentado por essa comunidade na medida em que ela estaria **autorizada** a estabelecer interpretações acerca do clássico. O clássico, assim, participa da identidade de um paradigma e da ressonância social de seu conteúdo. Por outro lado, porém, é possível compreender a atividade de formação clássica como metaparadigmática. Isso significa reconhecer que os clássicos, no processo de formação acadêmica, endereçam problemas que extrapolam os contornos paradigmáticos, não no âmbito do seu conteúdo, mas do modo como participam dos espaços de formação e de interação com os sujeitos em sua constituição.

A definição de clássicos pelo não conceito

Kant, na elaboração da estética transcendental, afirma que há duas formas puras da intuição sensível: o espaço e o tempo (ver Kant, 1980). Espaço e tempo não são conceitos, mas são os elementos *a priori* que nos permitem conhecer os objetos sensíveis. Há uma estética transcendental por traz dos conceitos. Na sua análise sobre a dialética, Adorno (2009) afirma que não pensamos sem conceitos. Eles são essenciais para compreensão da realidade. Todavia a realidade não existe somente por força do pensamento, uma vez que os objetos existem no real, independente da vontade dos sujeitos. Para apreendê-los, há a necessidade de uma estética transcendente, que, incorporada pelo sujeito socio-histórico, aproxima-se do objeto, em um movimento dialético em que o objeto e a mente do sujeito agem conjuntamente até que se estabeleça uma suposta identidade entre ambos. A onipotência do sujeito faz crer que a mente tem primazia na relação de identidade entre ela e o objeto, de tal forma que passa a acreditar que a realidade pode existir independente dos objetos externos. Adorno, ao estudar a dialética, rompe com essa compreensão do processo de conhecer (ver Adorno, 2009), pois o que prevalece na relação entre sujeito e objeto é o princípio da não identidade, sobretudo pela primazia do objeto.

Com essa compreensão do conhecimento, Adorno (2009, p. 19) mostra que “o conceito é um momento como outro qualquer” e não uma verdade ou a realidade em si mesma. Ao se tentar instituir um conceito, deseja-se conferir certeza à verdade. Contudo isso não significa abrir mão do processo de conceituar; deve-se apenas não dogmatizar o próprio conceito, pois, ao fazer isso, age-se contra o próprio princípio da ciência. Ao tentar definir o clássico por meio do conceito, precisamos ter clareza de que sua definição é transitória, resultado de uma estética sócio-histórica. A não dogmatização do conceito de clássico permite pensar o próprio clássico a partir do não clássico, das possibilidades do vir a ser.

Do exposto, reiteramos que a demarcação do clássico não é imanente ao texto ou sua estrutura. Tampouco situamos o clássico por “oposição à literatura mais parcial e metodologicamente estruturada” (Brunstein & Jaim, 2014, p. 713), conforme sugerido na primeira réplica. Situamos, sim, o clássico, enquanto obra (e não livro), no contexto de construção social de fato, tanto quanto reconhecemos que os veículos de comunicação (artigos, livros ou outros) são também construções sociais. Logo, a expressão do clássico pode se dar de variadas formas desde que convergentes com o contexto social que as legitima, o que faz referência ao contexto local, em sua dimensão espaciotemporal. Contudo isso não significa delimitação geográfica. A percepção do clássico como privilegiando certo espaço social, a nosso ver, decorre das condições de sua circulação, do modo como se deu sua construção social, ainda que o resultado seja o privilégio de certos textos. Isso é resultado do processo que consideramos central. A questão geográfica, de modo algum, está presente como pressuposto ou interpretação delimitada do clássico em nosso artigo.

Para finalizar é importante ressaltar que os clássicos existem e continuarão a existir, porque são mais que meras definições conceituais. Estarão presentes na realidade dos praticantes da administração e farão parte do ensino e da pesquisa da área, seja na forma de artigos, manuais técnicos, livros, textos livres ou literatura especializada. Estarão presentes na forma escrita, oral, auditiva, visual ou na

combinação entre eles. Por isso, em coerência com a natureza ensaística deste debate, reiteramos nosso convite de abertura, e não de encerramento, mantendo, com isso, o debate e a reflexão ativos, sem a preocupação de submissão a uma resposta definitiva à provocativa questão que fora levantada: por que ler os clássicos no ensino e pesquisa em Administração?

Referências

- Abbagnano, N. (2000). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Adorno, T. W. (2009). *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bourdieu, P., & Miceli, S. (1974). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Kant, I. (1980). *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural.
- Sartre, J. P. (2002). *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro: DP&A.